

## As manifestações de junho de 2013 em São Paulo: problematizando a construção dos espaços de ação política<sup>1</sup>

Juliana Larissa de Laet Gomes<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo pretendo enfatizar dois aspectos da vida urbana: a cidade como local de ação política e a relação dos agentes com as tecnologias de informação e comunicação (TICs) que se imbricam com os espaços urbanos. Com isto procuro discutir a constituição de espaços públicos na ação política que ocorre em ambientes urbanos permeados de tecnologias de informação e comunicação. Dessa forma, tomo como objeto de discussão as manifestações de junho de 2013 que ocorreram na cidade de São Paulo. Com isto em mente, temos o espaço urbano paulistano a ser caracterizado em enquanto local de ação. Bem como, é importante sabermos em que contextos históricos surgem as Jornadas de Junho. Estes movimentos trazem algumas novidades que pretendo discutir neste texto e que estão relacionadas à presença das TICs nestas manifestações e na constituição do espaço público de ação nesta mobilização.

**Palavras-chave:** cidade; ação política; manifestações, espaço público; tecnologia.

A intensificação do processo de urbanização no Brasil se deve tanto às migrações internas no sentido campo-cidade quanto à chegada de imigrantes ao país no final do século XIX. As cidades só se tornam o principal local de habitação da população brasileira no período de 1960-1970. Foi o Censo de 1970 que registrou a primeira vez que a população urbana ultrapassou a população rural no Brasil (BRITO, 2006). Os processos de urbanização são sempre acompanhados de avanços tecnológicos que modificam as relações das pessoas

---

<sup>1</sup>Pesquisa financiada pela CAPES.

<sup>2</sup>Bacharel em Relações Internacionais, Política Internacional, Sociologia, Comunicação pela **Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília.**

com os espaços e com o tempo na cidade. Neste artigo pretendo enfatizar dois aspectos da vida urbana: a cidade como local de ação política e a relação dos agentes com as tecnologias de informação e comunicação (TICs) que se imbricam com os espaços urbanos. Com isto procuro discutir a constituição de espaços públicos na ação política que ocorre em ambientes urbanos permeados de tecnologias de informação e comunicação.

O tema é bastante amplo e por conta disso convém fazer algumas delimitações de modo a tornar a discussão factível. Dessa forma, tomo como objeto de discussão as manifestações de junho de 2013 que ocorreram na cidade de São Paulo. Com isto em mente, temos o espaço urbano paulistano a ser caracterizado em enquanto local de ação. Bem como, é importante sabermos em que contextos históricos surgem as Jornadas de Junho. Tais mobilizações não são algo totalmente novo na cena urbana brasileira e paulistana no sentido de que a história brasileira sempre foi marcada por inúmeras revoltas, movimentos sociais e ações coletivas e muitas delas voltadas para questões de transporte urbano. Em outros sentidos, porém, estes movimentos trazem algumas novidades que pretendo discutir neste texto e que estão relacionadas à presença das TICs nestas manifestações e na constituição do espaço público de ação nesta mobilização.

O início da segunda década do século XXI foi marcado por mobilizações massivas em diversos países do mundo e o Brasil se inseriu neste cenário de forma definitiva com as manifestações de junho que ocorreram não somente em São Paulo, mas em diversas cidades do território nacional. As tecnologias digitais de comunicação têm sido um elemento bastante presente e intensamente utilizado na mobilização de multidões para sua saída às ruas (CASTELLS, 2013). Mas não foi somente a quantidade enorme de pessoas que participaram dos protestos que marcou as jornadas de junho, outra característica importante foi a multiplicidade de projetos políticos colocados em discussão tanto nas ruas quanto na internet, principalmente nas redes sociais, como Facebook e Twitter. Assim, tanto a rua influenciou o debate na rede, como o debate na rede teve implicações diretas na ação direta dos manifestantes. Isto quer dizer que tanto a internet quanto a rua foram constituídos como espaços de ação em que indivíduos se colocavam politicamente, agindo, discursando e testando projetos políticos.

Mas o que é a ação política? Para Arendt (2011) a ação é a forma como cada sujeito existe em público. Sem ação e sem discurso, o indivíduo está morto para o mundo e só existe

**Revista Ensaios, Vol.5, nº 1, janeiro – julho de 2015.**

para si. Por esta razão a ação só existe numa condição de pluralidade, isto é, quando ocorre entre as pessoas. É o estar junto que faz da ação algo político. Nessa condição de pluralidade o indivíduo passa a existir em público ao agir e discursar sobre si mesmo, sobre sua vida, sobre a vida das pessoas. Este agir conjunto cria novas possibilidades e experimentos políticos (AVRITZER, 2006) a partir das histórias, narrativas sobre si, sobre o tempo passado e presente.

A ação ocorre no espaço público. É a partir dela que ele passa a existir. O espaço público para Arendt é algo criado pelos agentes ao agirem em conjunto, um local de aparência. Na polis, local em que Arendt localiza sua análise, os homens (homens livres no contexto grego) agiam em concerto constituindo o mundo público através da ação. Ou seja, o espaço público nunca é algo dado, que já existe, mas é criado na ação conjunta. Podemos tomar o espaço público como tendo um duplo papel: o de local de ação – algo físico – e aquele espaço que é construído através da luta política. Decorre daí que precisamos pensar quais as nuances que as tecnologias de informação e comunicação trazem à ação e à constituição do espaço público<sup>3</sup>.

Nas mobilizações de junho, a ubiquidade das TICs no espaço urbano paulistano foi uma das condições necessárias para que a participação dos agentes em ambientes diversos se tornasse possível e para que estes ambientes pudessem ser constituídos enquanto espaço público. Neste texto, apresento esta discussão a partir de reflexões teóricas, uma breve revisão histórica sobre as lutas sociais em ambientes urbanos no Brasil e de pesquisa feita durante os protestos de junho através de observação participante na rua e nas redes.

Traçar um histórico das lutas sociais no Brasil é uma tarefa um tanto complicada. Tivemos os mais diversos tipos de lutas, revoltas, revoluções, movimentos sociais e ações coletivas que se diferenciam bastante entre si. Neste histórico pretendo focar na forma de organização e nos objetos de luta das ações coletivas ocorridas em espaços urbanos de cidades brasileiras com o intuito de angariar elementos para desenhar o contexto em que se inserem os protestos de junho.

---

<sup>3</sup> MCQUIRE, Scott: “**The right to the networked city: digital networks and urban space**” em Mesa Redonda do II Seminário Internacional Gênero, Sexualidade e Mídia: desafios éticos e metodológicos do presente, 02 out. 2013 (informação verbal).

A conceituação de movimentos sociais é bastante complexa e não existe um conceito único que trate deles, na verdade, cada paradigma utilizado para a análise nos traz um diferente conceito (GOHN, 2006). Desta forma, a fim de evitar cair nas armadilhas de buscar definir o que é um movimento social neste artigo, vou tratar os protestos de junho como ação coletiva, mobilização social ou mesmo protestos. Creio ser necessário repensar os conceitos de movimentos sociais. Movimentações sociais recentes que vêm ocorrendo no mundo colocam diversos desafios sobre como pensá-los e criar novos paradigmas que nos auxiliem nesta tarefa. Estas recentes mobilizações demonstram movimentos de uma sociedade civil (des)organizada que se manifesta de maneira difusa, plural e até mesmo confusa. Isto não quer dizer que estas ações coletivas sejam diferentes de tudo que já se viu até então, mas trazem novos elementos que têm marcado a forma como os atores se organizam, como experienciam o agir coletivo e como constituem os espaços de ação. Este texto é uma tentativa não de criar um novo paradigma, mas de refletir sobre estes pontos.

No Brasil, já em fins do século XIX se observam lutas sociais “por questões que interferiam no cotidiano dos meios coletivos urbanos, como os transportes” (GOHN, 2003, p. 40). A Revolta do Vintém ou Motim do Vintém ocorrido em 1879 se deu por conta do anúncio do “imposto do vintém” que consistia na cobrança de vinte réis sobre o valor das passagens dos bondes no Rio de Janeiro. Uma das empresas de bonde chegou a sugerir que o valor fosse pago pelas próprias companhias, mas as outras empresas não aceitaram. Foi anunciado, então, que o tributo incidiria sobre as passagens do bonde a partir do dia 1º de janeiro de 1880 (JESUS, 2006).

A primeira manifestação contra o vintém ocorreu no dia 28 de dezembro de 1879 e mais de cinco mil pessoas se reuniram no Campo São Cristóvão no Rio de Janeiro e caminharam até o Paço da Boa Vista. Ocorreram diversos atos contra o imposto em que houve violência tanto por parte dos/das manifestantes quanto por parte da polícia. Os protestos populares foram diminuindo até cessarem completamente após o dia 4 de janeiro de 1880. O imposto, porém, não foi revogado (JESUS, 2006). Participaram desta revolta diversas camadas da sociedade carioca: jornalistas, caixeiros das casas comerciais do centro da cidade, políticos, membros mais pobres da corte (GOHN, 2003; JESUS, 2006).

No início do século XX, o processo de urbanização se intensificou principalmente a partir da década de 1920 com a migração e imigração de pessoas para a região sudeste e o

**Revista Ensaios, Vol.5, nº 1, janeiro – julho de 2015.**

estabelecimento destas pessoas em cidades que começavam a sofrer um rápido processo de urbanização como Rio de Janeiro e São Paulo. Desde o Segundo Império até o final da República Velha, a imigração, principalmente de italianos, era intensamente financiada pelo Estado para a povoação da região Sul, sobretudo os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Neste período, registram-se a expansão da economia cafeeira e o primeiro surto de industrialização no país que começam a intensificar as relações entre as regiões no país, no entanto, mesmo com essas trocas, a migração interna ainda não era a responsável pelo maior fluxo populacional no país e sim a imigração internacional (BRITO, 2006).

A cidade de São Paulo borbulha neste período. Nos “frementes anos 20”, a cidade se estabelece como ambiente para “potencialidades revolucionárias, ainda em latência, mal conhecidas e mal-exploradas, mas já indicativas do mais ousado experimento social que jamais houve” (SEVCENKO, 1992, p. 18). Os avanços tecnológicos têm papel central na experiência de reordemamento dos corpos no ambiente metropolitano e “dos quadros e repertórios culturais herdados, composta sob a presença dominante da máquina no cenário da cidade” (SEVCENKO, 1992, p. 18). A metrópole moderna é o local de origem de “um caos avassalador e a matriz de uma nova vitalidade emancipadora” (SEVCENKO, 1992, p. 18). Não surpreende, portanto, que seja neste local fervilhante que diversos experimentos sociais se desenhem através da ação política.

A tecnologia tem uma relação complexa com os moradores das cidades grandes. Ao mesmo tempo em que são criadas a partir de demandas que surgem das atividades diárias, principalmente monetárias (SIMMEL, 1973; 2005), elas também modificam as relações das pessoas com o espaço, com o tempo e a relação entre as pessoas. Simmel (1973, 2005), que escreve no início da primeira década do século XX, cita o relógio de bolso como uma tecnologia a ordenar o tempo na cidade a fim de evitar que se caia num “caos inextricável” (SIMMEL, 2005, p. 580). À ordenação do tempo se acresce a necessidade de controlar distâncias a fim de dinamizar as relações.

A chegada em massa de imigrantes e migrantes nos meios urbanos brasileiros vai criando necessidades intrínsecas à vida das pessoas neste novo meio em que se instalam. As pessoas chegam à cidade e vão morar onde conseguem: cortiços, favelas, barracos, pois não há política governamental direcionada à instalação delas na metrópole. O governo, neste período, passa a impor medidas principalmente voltadas ao controle epidemiológico da

**Revista Ensaios, Vol.5, nº 1, janeiro – julho de 2015.**

população de forma violenta e arbitrária o que leva a diversas revoltas populares e a massacres sangrentos (ver SEVCENKO, 1984). As relações trabalhistas também se intensificam e, aos poucos, principalmente a partir dos anos 30, este grupo formula demandas que “inserem na pauta do Estado a reivindicação dos direitos essenciais para a vida e a reprodução social da classe trabalhadora” (SOUZA, 2004, p. 5). Ainda, outros temas urbanos como: parca infraestrutura urbana, alto custo de vida e questões relacionadas à moradia popular aparecem como objeto de revolta. Há o aumento das ações políticas urbanas voltadas ao transporte, moradia popular e anti-higienistas neste período.

O período após a Segunda Guerra, que coincidiu com o fim do Estado Novo, também é um período marcante para as lutas populares na cidade de São Paulo. O fim do Estado Novo coloca novamente em legalidade o PCB o que intensifica a luta da esquerda no país e a participação popular. No entanto, as conseqüências do pós-guerra são fortemente sentidas aqui no Brasil por conta do desabastecimento e escassez de produtos de todo tipo e também a carência de habitação popular e de classe média (BONDUKI, 1994). O desabastecimento generalizado leva a inúmeras revoltas populares.

Num quadro de liberalização política [...] estas manifestações espontâneas das massas populares nas quais se insere também boa parte da onda grevista de 1946, organizadas fora dos sindicatos, mostram um significativo impulso de participação política dos trabalhadores urbanos que, impossibilitados de atuarem conseqüentemente via partido ou sindicato, lançam-se a ações autônomas, organizadas ou não. (BONDUKI, 1994, p.115).

Na década seguinte, permanecem ainda as disputas urbanas voltadas para a questão da moradia na cidade. Neste período, São Paulo cresce desenfreadamente de modo desorganizado o que aumenta a população nas favelas e periferias da cidade. Para que seja possível o deslocamento dos/as moradores/as das periferias, a prefeitura substitui o sistema de transporte coletivo baseado no bonde pelo ônibus. Ainda, a cidade sofre com “o enorme acréscimo do número de veículos [...] e a conseqüente estruturação das cidades em função deste meio de transporte” (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 149). Com o aumento da população em bairros periféricos que não recebem a atenção do poder público, crescem também as associações de bairro que pressionam o governo por melhorias tanto nas condições básicas de moradia nas periferias quanto no sistema de transporte que deveria levar estes moradores até as regiões centrais onde trabalhavam. Por conta disso, “os transportes adquiriram uma centralidade [nas lutas populares] nunca dantes conhecida” (GOHN, 2003, p. 119).

Revista Ensaios, Vol.5, nº 1, janeiro – julho de 2015.

A forte repressão militar dos anos 70 impede qualquer ação política de maior envergadura dentro das fábricas e locais de trabalho. Neste contexto, “a periferia como *locus* de moradia por excelência dos trabalhadores, tornou-se o espaço de articulação de núcleos de organização popular” (KOWARICK e BONDUKI, 1994, p. 168). Por conta da perseguição militar, torna-se necessário que as pessoas se organizem em organizações clandestinas de esquerda. Neste período, nota-se então que elas buscam construir espaços públicos onde “criavam referências, marcos, a partir dos quais os fatos passados e presentes podiam ser pensados e elaborados como uma história comum” (TELLES, 1994, p. 227), ou seja, agiam, nos termos de Arendt.

Há ainda uma movimentação global que marca as décadas de 70 e 80: começam a entrar em cena os chamados novos movimentos sociais. Ocorrendo quase que exclusivamente em ambientes urbanos, estes movimentos surgem a partir de uma sociabilidade anterior à ação politicamente direcionada e é normal que seja assim. No Brasil, era comum que grupos de amigas ou de homossexuais se encontrassem em casa para fazerem reuniões e discutirem sobre si mesmos. Há também registros que mostram locais de sociabilidade gays que se tornaram símbolo da luta política homossexual<sup>4</sup>. (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Como coloca Arendt (2011) nossa ação se desenha a partir de uma teia de relações humanas em que as histórias são contadas e onde falamos sobre nós mesmos. Estas ações coletivas dos anos 70, surgem com base em experiências de identificação mútua ocorridas entre as pessoas (MELUCCI, 1989; SCHERER-WARREN, 2009a, 2009b) que buscam lutar por reconhecimento (FRASER, 2001). Negros, homossexuais, mulheres se colocam em cena enquanto grupo político a formular demandas e denunciar exclusões que sistematicamente os colocam à margem numa sociedade que se baseia em hierarquias de gênero, sexualidade, raça.

A partir da década de 1980, algumas autoras caracterizam as lutas brasileiras como movimentos em busca da construção da cidadania (DAGNINO, 1994; GOHN, 2003; MISCHÉ, 1997). Gohn (2003) destaca que este é um período de intensa movimentação social também por conta da facilidade de “divulgação e reprodução das ações coletivas pelos meios de comunicação de massa” (p. 125). Nos anos 80, grupos que lutam por melhorias urbanas se associam a diversas entidades como as pastorais ligadas à Igreja Católica, por exemplo.

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, o caso de Stonewall Inn em ARMSTRONG e CRAGE, 2006.

Principalmente a partir de 1975 no Brasil, inicia-se um dos períodos em que lutas sociais relacionadas aos transportes se intensificam. Destaco alguns deles como o Movimento dos Transportes Coletivos ocorrido em 1979 que teve lugar ao mesmo tempo em diversas cidades do Brasil e paralisou grandes metrópoles. Houve movimentos ligados à questão dos transportes em 1981 (Passeata Contra o Aumento da Passagem de Ônibus – Salvador) e em 1983 (Quebra-quebra dos Trens em São Paulo e Rio de Janeiro) (GOHN, 2003).

As lutas sociais globais dos anos 90 também marcam presença aqui no Brasil. Movimentações pela paz, contra a violência, pelo meio ambiente, a luta feminista e de movimentos ligados à sexualidade são apenas alguns exemplos de ações coletivas que podemos observar neste período. Os Fóruns Sociais Mundiais e inúmeras outras conferências mundiais são local de encontro de diversos grupos que se organizam de formas variadas e também de pessoas que não necessariamente são filiadas a movimentos sociais ou ONGs. Os Fóruns se estabelecem como possibilidade de diálogo global entre diversos movimentos sociais formando redes de movimentos, paradigma analítico muito utilizado à época para o estudo dos movimentos sociais (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004)

As lutas plurais e amplas da década de 90 se estendem pelos anos seguintes. O fim da primeira década dos anos 2000 e o início da segunda foram marcados por ações coletivas que “defendem um projeto político norteado para o desenvolvimento econômico e por forças sociais que focalizam o desenvolvimento social do país” (SOUZA 2004). Já no fim da primeira década dos anos 2000, a crise financeira de 2008 influencia o levante de lutas por justiça social e democracia real. Destaco as ações coletivas da Primavera Árabe, o Movimento dos Indignados iniciado na Espanha e os Ocupas/Occupy que se espalharam por diversos países inclusive pelo Brasil, embora de forma tímida por aqui.

A internet tem um papel importante nestes movimentos, principalmente em relações ao Movimento dos Indignados e os Occupy. Ambos foram organizados através do uso deste meio de comunicação e conseguiram mobilizar multidões e organizar atos em diversos locais do país de forma coordenada. Além deste ponto em comum, vemos que estes “movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões” (CASTELLS, 2013, p. 9).



Chego então a junho tendo percorrido brevemente a história das lutas sociais em nosso país, principalmente aquelas ocorridas em ambientes urbanos. Junho, portanto, vem de um longo histórico de revoltas populares ligadas aos problemas com o transporte urbano que não são recentes. Além disso, as Jornadas emergem num contexto global de inúmeros levantes populares. Apesar de acompanharem um fluxo histórico em que é possível encaixá-las de modo coerente, estas mobilizações têm diversas particularidades sobre as quais procurarei discorrer aqui. Porém, não me deterei em escrever sobre os motivos que levaram a uma mobilização tão expressiva. São diversos os motivos que levaram as pessoas a tomarem as ruas de São Paulo. A pluralidade dos projetos e grupos políticos surgidos no calor das manifestações já nos alerta para o risco de querermos reduzir estas mobilizações a uma simples relação de causa e efeito. As causas são variadas e complexas, os efeitos, idem.

O espaço urbano da cidade possui dimensões múltiplas, ele não é somente o espaço físico tradicional, com as estruturas arquitetônicas e de transporte, mas é um espaço de relações, de experiências e sensações (HANDLYKKEN, 2013). McQuire (2008) coloca que a presença ubíqua das TICs transforma este espaço num “espaço relacional” (p. IX). Este é um espaço em que a experiência e a vivência na metrópole são refeitas subjetivamente através das tecnologias. O espaço relacional permite esta experiência individual de habitar a cidade, de experienciá-la através da mobilidade das tecnologias de mídia.

McLuhan (2005) aponta os meios de comunicação como ambientes e a cidade mídia de que fala McQuire (2008) permite que a experiência não esteja restrita à sua ocorrência no espaço físico, mas seja vivida nestes ambientes midiáticos. Estes espaços estão imbricados com os espaços físicos da cidade. Porém, a tecnologia permite que a presença física deixe de ser pré-condição para experiências cotidianas e políticas.

Na cidade moderna, a cidade mídia (MCQUIRE, 2008), com o uso da tecnologia, cada pessoa tem a possibilidade de se tornar um nó conectado com diversos outros nós através do uso das tecnologias. Esta dinâmica coloca a possibilidade de criação de espaços públicos de ação em ambientes diversos na medida em que as possibilidades de ação à distância fazem com que seja possível ter experiências sem que se esteja em determinado local de corpo presente. Assim, a construção destes espaços de interação e ação políticas mediados se dá

através da experiência pessoal e coletiva do próprio espaço para sua constituição enquanto espaço.

Nas mobilizações de junho vemos que este elemento de experimentação não só em relação à criação de propostas e demandas políticas durante a interação no espaço, mas também nas suas formas de organização e debate mediados pela internet o que influencia a própria constituição de espaços políticos nos ambientes urbanos em que a mídia é ubíqua. Nestas ações coletivas as ruas e as redes não são espaços distintos, mas estão imbricados sendo construídos na ação.

Estas mobilizações foram inicialmente organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) com o objetivo de pressionar os governos municipal e estadual a revogarem o aumento de R\$0,20 nas passagens dos ônibus e metrô paulistanos instaurado nesta época. Mas este foi somente o impulso inicial que levou as pessoas às ruas. Este cenário foi se modificando com o passar do tempo e a reação da população, principalmente da classe média paulistana, foi rápida e intensa.

Em 2013, o Movimento se articulou para mais uma onda de mobilizações em São Paulo. Organizou os primeiros atos na cidade publicando em seu blog e em sua página do Facebook uma mensagem convocando a população para sair às ruas no dia 06 de junho de 2013. O local de encontro foi o Theatro Municipal, que se localiza na região central da cidade. As manifestações seguem, ganhando cada dia mais adeptos/as. A cada novo ato, a Mídia Ninja<sup>5</sup> e manifestantes buscam transmitir ao vivo pela internet o que ocorre nas ruas do lado dos manifestantes. Relatos, fotos e vídeos sobre a repressão policial começam a circular nas redes sociais e em sites da internet. A imprensa, o rádio e a televisão apontam depredações por parte dos/as manifestantes e pedem ação mais enérgica da polícia e do governo. O MPL condena as depredações, mas afirma não ter controle sobre tudo o que ocorre durante os protestos (JUDENSNAIDER, LIMA, et al., 2013).

---

<sup>5</sup> Segundo o site da Mídia NINJA: “Somos a Mídia NINJA Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando. Apostamos na lógica colaborativa de criação e compartilhamento de conteúdos, característica da sociedade em rede, para realizar reportagens, documentários e investigações no Brasil e no mundo. Nossa pauta está onde a luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais se expressa.” (MÍDIA NINJA, s/d a). Ainda “A Mídia NINJA surge em março de 2013, com o objetivo de realizar uma disputa de sentidos e imaginários na comunicação brasileira. [...] A partir de junho de 2013, vieram os protestos e a Mídia NINJA se concentrou na cobertura e transmissão ao vivo desses protestos, manifestações e ações dos movimentos sociais e culturais brasileiros.” (MÍDIA NINJA, s/d b).

No dia 13 de junho, terceiro ato de que participei, pude ver a polícia lidando com os manifestantes de forma violenta. Viaturas nos cercavam em travessas na região da baixa Augusta e também na Rua da Consolação, região central da cidade. A intenção era chegar a Avenida Paulista, mas para isso seria preciso despistar a polícia. O ato é desfeito pela polícia depois de algumas horas. O saldo: mais locais foram depredados, sacos de lixo e objetos nas ruas são incendiados por manifestantes que buscam formar barricadas para se defender da polícia.

A televisão noticiou os protestos do dia 13 dando atenção a jornalistas e manifestantes feridos. Na internet, participantes do protesto publicaram mais relatos e fotos sobre o que havia ocorrido nas ruas. Matérias jornalísticas condenaram a violência da polícia (ASSOCIAÇÃO..., 2013). Nas redes sociais, crescem as discussões sobre a liberdade de manifestação e a reprovação da ação da polícia militar. Pessoas postavam relatos sobre sua experiência nas ruas e sobre a agressão policial. No Twitter os discursos pela liberdade do protesto também foram replicados milhares de vezes (MALINI, 2013). As discussões se intensificam nas redes e as opiniões divergem. Vê-se neste momento que muitas pessoas passam a apoiar os protestos e a discutir diversos outros assuntos que achavam necessário colocar em pauta nas manifestações.

No dia 17 de junho, o MPL cria no Facebook o 6º ato contra o aumento da passagem. A manifestação marcada para as 17 horas no Largo da Batata em Pinheiros tem enorme adesão da população paulistana. O transporte para as ruas das discussões virtuais em torno das mais diversas pautas é evidente. Vi pessoas com cartazes os mais diversos: pela educação, pela saúde, contra a corrupção, “saímos do Facebook” ou “é tanta coisa que nem cabe nesse cartaz”. Pessoas fantasiadas, crianças, idosas/os e muitos/as jovens.

Durante os protestos, na rua, o acesso à internet e a comunicação pelo celular era um pouco difícil, as ligações não se completavam e o envio de mensagens de texto falhava. Em alguns locais era possível acessar a internet utilizando redes que foram propositalmente deixadas abertas por moradores/as da região (LIBERE..., 2013). Um dos pontos altos do protesto foi quando a multidão, ao andar pela Avenida Brigadeiro Faria Lima, viu-se projetada num enorme prédio espelhado. Pessoas gritaram extasiadas. Bateram palmas para si mesmas, tiraram fotos, fizeram vídeos. O protesto deste dia foi em sua maior, nesta região, parte pacífico, com poucos focos de conflitos. Em outros locais da cidade, houve conflito mais

**Revista Ensaios, Vol.5, nº 1, janeiro – julho de 2015.**

direto entre manifestantes e policiais. No dia 19, o prefeito paulistano Fernando Haddad e o governador do estado Geraldo Alckmin anunciam a revogação do aumento (JUDENSNAIDER, LIMA, et al., 2013). As manifestações continuam ainda com diversas outras pautas.

A presença importante das TICs nestas mobilizações nos leva a pensar relação dos manifestantes com os novos meios de comunicação e com os espaços que eles constituem através deles. Para Melucci, eles possuem um importante papel pois oferecem a possibilidade de cada ator produzir “informação, comunicação, sociabilidade, com um aumento progressivo na intervenção do sistema na sua própria ação e na maneira de percebê-la e representá-la” (MELUCCI, 1997, p. 5), constituindo-se como ator político. Durante os protestos de junho, a produção de conteúdo relacionado às manifestações era intensa. Manifestantes postavam relatos, fotos; a Mídia NINJA transmitia os protestos ao vivo, etc.. As transmissões ao vivo pela internet foram importantes ao permitirem que as pessoas que não estavam nas ruas pudessem ter acesso a outras fontes de imagens além da TV e do jornal para se informarem sobre o que ocorria e assim se posicionarem e agirem em diversos espaços públicos. A intensificação dos debates nas redes juntamente com o crescimento da visibilidade dos atores nas ruas levaram diversas pessoas a acompanharem os atos e a participar dele em ambientes múltiplos.

A presença das tecnologias no espaço urbano são parte intrínseca das dinâmicas da vida urbana. As modificações tecnológicas que vão sendo vivenciadas pelos habitantes das metrópoles interferem em todas as suas atividades. Os meios de comunicação são a forma material de perceber a realidade, de defini-la, de pensá-la (CARPIGNANO, 1999). São como extensões da pessoa, nos termos de McLuhan (2011). Desta maneira, numa cidade em que o acesso à tecnologia é amplo e onde as pessoas utilizam os meios de comunicação em suas atividades diárias, tais meios terão papéis importantes nas experiências políticas destas pessoas.

Nestes protestos, fica evidente esta experimentação e constituição da internet, seja pelo computador desktop em casa ou através do *smartphone*, como espaço público de ação. Neste meio, o posicionamento e o discurso político são expressos para outros agentes que se encontram ali colocados. A publicação de relatos, fotos, vídeos na rede são as formas que as pessoas encontraram de contar suas histórias e estabelecer relações com outros agentes, de

**Revista Ensaios, Vol.5, nº 1, janeiro – julho de 2015.**

estar junto nestes novos espaços públicos. Estas pessoas, através de seus computadores ou smartphones, formaram os nós conectados que formavam uma imensa rede na cidade de atores agindo no espaço público midiático. Este ponto é importante e nos remete ao que McQuire (2008) coloca: a casa, o smartphone pode conectar as pessoas modificando a relação delas com os espaços públicos e também privados. Embora não fisicamente presentes, elas podem participar.

Nesta breve reflexão sobre os espaços públicos formados nos protestos de junho, quis ressaltar que a experiência política nas cidades não está limitada à ação no espaço físico urbano. A presença física na rua não deixa de ser importante para a ação. Ela permite o contato físico com outros agentes e também a troca e relação com os espaços físicos da cidade que é objeto das lutas políticas. No entanto, a presença ubíqua da tecnologia permite que a ação ocorra quando as pessoas transformam espaços midiáticos constituindo-os espaços públicos. Ao estarem conectados nesta enorme teia de relações humanas (ARENDDT, 2011) através dos meios de comunicação, as pessoas puderam experimentar a ação e agir em público.

#### **Referências:**

ARENDDT, H. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ARMSTRONG, E. A.; CRAGE, S. M. Movements and Memory: The Making of the Stonewall Myth. **American Sociological Review [online]**, v. 71, N. 5, p. 724-751, Oct. 2006. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25472425>>. Acesso em 24 set. 2014.

ASSOCIAÇÃO de jornais condena a ação da PM. Estadão. Notícias. São Paulo: 14 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,associacao-de-jornais-condena-acao-da-pm,1042435,0.htm>>. Acesso em 30 mar. 2014.

AVRITZER, L. Ação, fundação e autoridade em Hannah Arendt. **Lua Nova**, São Paulo, 2006. pp. 147-167.

BONDUKI, N. Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, L. ( ). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. Cap. 4, p. 113-144.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados [online]**, v. 20, n. 57, 2006. pp. 221-236. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200017>>. Acesso em 25 out. 2014.

CARPIGNANO, P. The Shape of the Sphere: The Public Sphere and the Materiality of Communication. **Constellations**, vol. 6, n. 2, 1999. pp. 177-189.

Revista Ensaios, Vol.5, nº 1, janeiro – julho de 2015.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. 1. ed. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora UnB, 2001. p. 245-282.

GOHN, M. D. G. **História dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HANDLYKKEN, A. K. Digital Cities in the making: exploring perceptions of space, agency of actors and heterotopia. **Ciberlegenda**, n. 25, 2011. pp. 22-37. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/492/287>>. Acesso em 05 mar. 2014.

JESUS, R. P. D. A Revolta do Vintém e a Crise na Monarquia. **História Social**, Campinas, 2006. 73-89. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/197/189>>. Acesso em 17 mar. 2014.

JUDENSNAIDER, E. et al. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013.

KOWARICK, L.; BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, L. **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. Cap. 5, p. 147-177.

LIBERE seu wi-fi e senha durante as manifestações. **Catraca Livre**. Cidadania. São Paulo: 16 jun. 2013. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/libere-seu-wi-fi-e-senha-durante-as-manifestacoes/>>. Acesso 20 mai. 2014.

MALINI, F. A Batalha do Vinagre: por que o #protestoSP não teve uma, mas muitas hashtags. **Laboratório de estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic)**, São Paulo, 14 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.labic.net/cartografia-das-controversias/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>>. Acesso em 27 fev. 2014.

MCLUHAN, M. The Relation of Environment to Anti-Environment. In: MCLUHAN, E.; GORDON, W. T. **Marshall McLuhan Unbound**. Corte Madera, EUA: Gingko Press, 2005. p. 83-92.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. 20. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

MCQUIRE, S. **The media city: media, architecture and urban space**. Melbourne: SAGE Publications, 2008.

Revista Ensaios, Vol.5, nº 1, janeiro – julho de 2015.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, n. 17, São Paulo, jun. 1989. 46-66. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf>>. Acesso em 03 jan. 2013.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação [online]**, Rio de Janeiro, n. 05-06, dez. 1997. Disponível em: < [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24781997000200002&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 12 jul. 2014.

MÍDIA NINJA. **History**. s/d a. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/partner/ninja/history>>. Acesso em 10 out. 2013.

MÍDIA NINJA. **Quem somos**. s/d b. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/partner/ninja/about>>. Acesso em 10 out. 2013.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: Redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: < [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24781997000200012&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000200012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 04 fev. 2014.

SCHERER-WARREN, I. Novos movimentos sociais, a construção da democracia e o papel dos mediadores. In: SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a. Cap. III, p. 49-64.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos: uma perspectiva para os anos 90. In: SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009b. Cap. VII, p. 111-124.

SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução. **Política & Sociedade [online]**, out. 2004. Disponível em: < <http://www.npms.ufsc.br/lpublic/Aula-Ilse%20e%20Ligia.pdf>>. Acesso em 10 out. 2013.

SEVCENKO, N. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 11-25.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana [online]**, v. 11, n. 2, 2005. pp. 577-591. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132005000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132005000200010&script=sci_arttext)>. Acesso em 10 out. 2013.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, M. A. D. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro**

**Revista Ensaios, Vol.5, nº 1, janeiro – julho de 2015.**

**de Ciências Sociais**, Coimbra, set. 2004. Disponível em:<  
[www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaAntoniaSouza.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaAntoniaSouza.pdf)>. Acesso em 20 fev. 2014.

TELLES, V. D. S. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In:  
KOWARICK, L. **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. Cap. 7, p. 217-249.